



Jornalismo, Meio Ambiente e Democracia¹

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES²

Grace Soares COSTA³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

A humanidade enfrenta uma crise ambiental sem precedentes que pode levá-la a extinção. Na democracia, a superação desse desafio pela sobrevivência passa pela adoção de uma nova racionalidade produtiva que leve em conta a variável ambiental, e para que isso ocorra às pessoas precisam cada vez mais de informação para tomar decisões esclarecidas. Diante desse quadro, o jornalismo precisa desempenhar um papel importante na difusão de informações capazes de permitir a sociedade uma chance de evitar a catástrofe ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; meio ambiente; crise ambiental; democracia.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, doutorando em Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) email: allan_soljenitsin@yahoo.com.br.

³ Jornalista, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e coordenadora do Curso de Jornalismo da Faculdade Martha Falcão, email: jornalismo@infs.com.br.



A questão ambiental

Pela primeira vez em sua história, a humanidade se depara com a possibilidade de real de suas decisões causarem a sua extinção. O modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do capitalismo, adotado pela maioria dos países, põe em risco a sobrevivência humana no planeta ao promover exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o ambiente. A consequência mais catastrófica desses dois fatores são as mudanças climáticas⁴ globais, que já se manifestam por meio de furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros fatores igualmente preocupantes. Tais consequências atingem diretamente a produção de alimentos, os mananciais de água potável, a geração de energia, a qualidade do ar e, conseqüentemente, a capacidade de sobrevivência da humanidade diante destas condições extremas.

O risco de extinção da raça humana não está relacionado com eventos alheios ao conhecimento ou ao controle do homem, pelo contrário, ele decorre diretamente de suas atitudes em relação à exploração dos recursos naturais do planeta. Vejamos alguns dados publicados pela imprensa que apóiam esta premissa: o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU), que reúne os principais especialistas sobre aquecimento global, vem divulgando relatórios de avaliação dando conta de que a emissão de gases causadores do efeito estufa e a adoção de práticas não-sustentáveis ameaçam seriamente a continuidade da vida no planeta. Em 2004, a União Mundial de Conservação (IUCN, na sigla em inglês) apontou que 12% de todas as espécies de aves, 23% dos mamíferos, 25% das coníferas e 32% dos anfíbios estão ameaçadas de extinção devido às alterações no clima causadas pela emissão de gases causadores do efeito estufa.

O IPCC também aponta que a ação humana é provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos e que os efeitos desta influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e até padrões dos ventos. A estimativa dos especialistas é de que, até o fim deste século, a temperatura da Terra deverá subir entre 1,8°C e 4°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estaria ameaçada e, conseqüentemente, as populações, principalmente as localizadas em países pobres, estariam mais vulneráveis a doenças e

⁴ Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global, acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver.



desnutrição. O grupo calcula que o derretimento das camadas polares pode fazer com que os oceanos se elevem entre 18 cm e 58 cm até 2100, fazendo desaparecer pequenas ilhas e obrigando centenas de milhares de pessoas a engrossar o fluxo dos chamados ‘refugiados ambientais’, ou seja, pessoas que são obrigadas a deixar o local onde vivem em consequência da piora do meio ambiente.

A estimativa do IPCC é de que mais de um bilhão de pessoas correm o risco de ficar sem água potável por conta do derretimento do gelo no topo de cordilheiras importantes, como o Himalaia e os Andes. Para ele, os países poderiam diminuir os efeitos maléficos do aquecimento global estabilizando em um patamar razoável as emissões de carbono até 2030, o que custaria 3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ainda segundo os especialistas do grupo, os problemas ambientais causados pelo aquecimento global causarão conflitos devido às severas limitações ao acesso à comida e à água potável, à instabilidade das condições de saúde e ao impacto sobre os ecossistemas, que ameaçam a segurança das povoações humanas, obrigando-as a protagonizar grandes movimentos migratórios.

O aquecimento global no Brasil pode ter efeitos 20% maiores que a média global até o fim do século, com grandes impactos sobre os índices pluviométricos do país, de acordo com um novo estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), lançado durante a reunião das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhague. Em parceria com o Met Office Hadley Centre, da Grã-Bretanha, cientistas fizeram projeções dos efeitos dos gases que provocam o efeito estufa no país usando diferentes modelos. As consequências econômicas para o país são potencialmente desastrosas, já que uma redução no regime de chuvas do Brasil teria efeitos diretos sobre a produção de energia elétrica – 70% da qual é gerada por hidrelétricas. Além disso, as pesquisas do Inpe e do Hadley Centre alertam para os riscos do desmatamento que também colabora para deixar o clima mais quente e seco.

Se mais de 40% da extensão original da floresta amazônica for desmatada, isto pode significar a diminuição drástica da chuva na Amazônia Oriental. Segundo os pesquisadores, 40% de desmatamento ou um aquecimento global entre 3°C e 4°C representariam o ‘tipping point’, ou seja, o ponto a partir do qual parte da floresta corre o risco de começar a desaparecer. Com apenas 2°C a mais no termômetro, a bacia amazônica perderia 12% do volume de chuvas e a bacia do São Francisco, 15%. Na bacia do Prata, por outro lado, os cientistas prevêm um aumento nos índices pluviométricos de 2%.



Nas previsões mais extremas, com um acréscimo de temperatura de 6,6%, as chuvas na Amazônia e na região do São Francisco poderiam cair 40% e 47%, respectivamente, literalmente transformando essas regiões. Os pesquisadores ainda fizeram uma versão intermediária dos impactos do aquecimento, levando em conta um acréscimo de 5,3°C. Nesta, a bacia do São Francisco perderia 37% das suas precipitações, enquanto a região amazônica teria 31% a menos de chuvas. Mesmo a hipótese menos drástica, de um aquecimento de 2°C, ameaçaria o futuro do rio São Francisco, que já terá o seu volume d'água bastante afetado pelas obras de transposição. O modelo climático global do Hadley Centre é faz projeções de alterações do clima em todo o mundo. Já o modelo climático regional do Inpe se concentra no Brasil e avalia o impacto de níveis diferentes de aquecimento global. Desde a década de 80, o Inpe vem aplicando modelos climáticos globais como ferramenta para estudar os impactos do desmatamento na Amazônia sobre o clima.

A crise ambiental que vivemos veio questionar o modelo de desenvolvimento econômico atual (LEFF, 2008). Para o autor, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção e o resultado disso é o processo atual de destruição ecológica que tem como consequência mais grave as mudanças climáticas. A solução para a questão ambiental não se dará mais pelo progresso técnico, substituição de recursos escassos ou pelo aproveitamento de espaços não explorados, pois a degradação ambiental seria, na verdade, uma crise de civilização.

Jornalismo, democracia e meio ambiente

No momento em que a sociedade é confrontada pelos desafios decorrentes das mudanças climáticas, cabe ao jornalismo a missão de proporcionar as pessoas informações para que tomem decisões esclarecidas sobre como enfrentar a questão ambiental. Isso porque, dentro os regimes democráticos a prática jornalística assumiu o conceito de serviço público, cabendo a ela, neste regime político, fornecer aos cidadãos as informações necessárias ao exercício da cidadania (TRAQUINA, 2005a). Neste tópico, trataremos desta função social do jornalismo diante da questão ambiental.

A imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais (BOYCE, 1978). Logo, o jornalismo adquire legitimidade na Teoria Democrática, cujos teóricos o concebem em uma postura clara de desconfiança em relação ao poder (TRAQUINA, 2005a). As raízes desta concepção do jornalismo a partir da Teoria Democrática parece estar no século XVIII, quando a



elaboração de uma nova teorização de governo recebe contribuições de escritores como Charles-Louis de Secondet, o Barão de Montesquieu, em seu livro *The Spirit of Laws*, publicada em 1748. A obra exprime meio século antes das idéias da Revolução Francesa as bases de alguns direitos consagrados apenas no século XX com a Declaração dos Direitos do Homem.

Montesquieu considerava a liberdade de expressão fundamental para a República, a qual lhe parecia a melhor forma de governo. O autor defendia que a criação de boas leis seria uma garantia para o triunfo da justiça e da liberdade, no entanto, a fim de evitar o surgimento de ditaduras ele defendia a importância de dois fatores: a educação e a divisão do poder, ou melhor, o poder controlando o poder. Para entender esse controle proposto por Montesquieu sob o ponto de vista do papel da imprensa, é preciso levar em conta os postulados de Jean-Jacques Rousseau, cujo livro, *O Contrato Social*, publicado em 1762, contribui ao avançar no conceito de interesse público. Rousseau considera que a vontade geral tem sempre razão, mas o julgamento que a guia nem sempre está informado.

Outro escritor contemporâneo de Rousseau, François-Marie Arouet de Voltaire, contribui com a formulação de três conceitos básicos em sua obra de mais de 50 volumes: o conceito da tolerância; a autoridade da lei; e a importância da liberdade de opinião. Estes conceitos serviram de inspiração para as revoluções americana (1776) e francesa (1789), cenários onde a liberdade torna-se um princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: “A livre circulação do pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem tanto falar, escrever e publicar livremente, exceto quando foram responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos bem determinados por lei”.

Neste contexto, emerge pela primeira vez a designação de “quarto poder” para a imprensa, no século XIX, cujo autor foi um deputado do Parlamento inglês chamado McCaulay (BOORSTEIN, 1971). O parlamentar certo dia apontou para a galeria onde se assentavam os jornalistas e os apelidou *Four Estate* (quarto poder). A afirmação do deputado tinha como referência os três poderes (*états*) estabelecidos após a Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état* (que englobava a burguesia e o povo). Retomando o ideário de Montesquieu, com seu princípio do “poder controlar poder” (*Power checks powers*) e aplicando-o a forma moderna da democracia, a imprensa (os *Media*) seria o “quarto” poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário.



Traquina (2005a) observa que o novo designado “quarto poder”, a imprensa, o jornalismo, necessitava de uma legitimidade para justificar o seu lugar na sociedade, e dar cobertura a um negócio rentável. Essa legitimidade, segundo o autor, se deu por meio de intérpretes convincentes e influentes da teoria da opinião pública, fruto das filosofias liberais dos finais dos séculos XVII e XVIII.

Segundo Bentham, a opinião pública era uma parte integrante da teoria democrática do Estado. A opinião pública era importante como instrumento de controle social. Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia “toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (TRAQUINA, 2005a, p.47);

A função social do jornalismo e sua legitimidade nas democracias surgem da resposta aos seguintes questionamentos decorrentes do posicionamento de Bentham: como é que esta opinião pública pode ser alimentada com os ingredientes necessários para que pudesse tomar suas decisões? Como podia esta opinião pública exprimir-se? Para Jeremy Bentham, a resposta era simples: a imprensa. Essa afirmação nos leva a conclusão de que o jornalismo só é possível e, conseqüentemente, capaz de cumprir com sua missão de informar os cidadãos em um ambiente de liberdade. Como demonstrado, historicamente, a prática jornalística e a democracia desenvolveram uma relação simbiótica:

É difícil, olhando retrospectivamente, separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e mais tarde da democracia. O jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa. (KOVACK, ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

A democracia necessita de pessoas bem informadas assim como um jornal depende de confiança pública. Antes de ser tratado como uma atividade lucrativa, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e como tal deverá orientar suas atividades (NOBLAT, 2002). Entendido desta forma, os noticiários devem transmitir entendimento, pois é do conhecimento que deriva o poder, e na democracia o poder é dos cidadãos. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

O estado democrático consagra o direito de informar e de receber informações. Na verdade, pode se dizer que esse direito é o elemento primordial da vida democrática (MELO, 2009). Para Traquina (2005a), o jornalismo, inicialmente identificado apenas



com a imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações.

Figurando na história da humanidade como inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória, a imprensa instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas (MELO, 2009, p.57);

A teoria democrática, inspirada pelas idéias de Montesquieu, reserva também ao jornalismo “num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo” (TRAQUINA, 2005a, p.23). Partindo deste princípio, o jornalismo contemporâneo é uma instituição da cidadania e as democracias procuram preservá-lo por se tratar de uma vitória da ética que busca o bem comum para todos, a emancipação capaz de construir cidadania e a crença na verdade e nas leis justas (BUCCI, 2000). A liberdade de imprensa precisa ser um bem inegociável, pois existe para beneficiar a sociedade democrática informando a todos sem privilegiar os poderosos ou mais abastados e dando voz às diversas correntes de opinião.

A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. (TRAQUINA, 2005a, p.22)

Habermas (1984) identifica a crescente importância dos jornais, a partir do século XVII, na formação de uma nova modalidade de espaço público: a Esfera Pública burguesa. Uma esfera da vida social que não poderia ser considerada nem estatal e nem privada. Espaços de sociabilidade burguesa em que indivíduos reunidos buscavam o esclarecimento sobre questões envolvendo negócios, religião e o Estado por meio do debate público. Espaços em que os interesses, pretensões e visões de mundo deveriam ser expressos discursivamente, valendo-se do uso público e livre de argumentos na busca do consenso. Logo, Habermas aponta uma redefinição dos espaços públicos e privados na sociedade moderna.

Traquina (1997, p. 123) estabelece a função do jornalismo dentro da Esfera Pública:

A teoria democrática dá aos meios de comunicação o papel de “mercado de idéias”. Cabe a imprensa atuar como elo entre a opinião



pública e as instituições governantes e a abrir a possibilidade para haver conflitos discursivos no âmbito das matérias jornalísticas.

O processo de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) torna ainda mais importante o papel do jornalismo nos regimes democráticos. A possibilidade de obter informações rapidamente e o processo acelerado de globalização, fez com que o homem se informe menos pelos relatos feitos por amigos, vizinhos, colegas de trabalho e outros, e mais “pelo que os mediadores no novo espaço público (jornalistas) trazem até ele. Daí a nossa responsabilidade” (PENA, 2005, p.31). Lippmann (1922), no início do século passado já constatava que os meios de comunicação são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos.

Isso nos remete a Teoria da Agenda Setting. De acordo com Wolf (2001), essa teoria da comunicação parte dos seguintes pressupostos: os meios de comunicação de massa (*Mass Media*), onde o conteúdo jornalístico é amplamente difundido, não têm o poder persuadir, mas indica ao público sobre o que é necessário debruçar-se para ter uma opinião. Logo, a influência da mídia não se dá em torno do conteúdo, e sim na capacidade de incluir preocupações na agenda dos cidadãos. Portanto, uma vez que se constitui em um instrumento mediático, os *Mass Media* fornecem às pessoas, por meio do jornalismo, a compreensão de grande parte da realidade social.

Essa agenda corresponderia, também, à necessidade dos meios de comunicação de oferecer regularmente ao seu leitor, ouvinte ou telespectador assuntos considerados “importantes” e “interessantes” em situação de concorrência. Deste modo:

Na sua sempre anunciada pretensão de transparência do social e de todos os seus campos, emergidos na modernidade clássica ou tardia, os media expõem seu próprio cerne, em seu aspecto mais essencial: o ato de publicizar. Dom de tornar as coisas comuns, compartilhadas, públicas. Publicizar ou não, eis então um dos momentos em que se instaura uma relação de poder: um dos poderes dos media para além das mensagens. (RUBIN, 1994, p.68);

O agendamento e a sua duração seguem o ritmo da produção industrial de notícias e, também, o interesse mais ou menos imediato do público-leitor pelos temas selecionados. É muito comum o seu esgotamento, depois de alguns dias ou semanas em evidência, se não for reativado, constantemente, por fatos ou personagens novos. Grande parte da luta política (de poder) se dá, justamente, pelo agendamento de certos



temas ou pelo seu deslocamento da agenda (GIRARDI JR, 2007). Essa luta política é uma luta pelo poder de representação, pelo reconhecimento das formas de representação legítima e pelo controle simbólico do Agendamento. Ela é, então, a luta pelo poder de nomeação, de classificação e categorização (acusação pública) desses temas. Logo:

As relações de comunicação são, portanto, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes ou pelas instituições envolvidas nessas relações. (BOURDIEU, 1998, p. 11)

Pode-se dizer, portanto, que o campo da política e o campo dos meios de comunicação de massa estabelecem um complexo jogo pela obtenção de reconhecimento e legitimidade de suas ações por meio de uma espécie de poder mágico que é o poder simbólico: “O poder simbólico é um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condições de se fazer reconhecer, de obter reconhecimento” (BOURDIEU, 2000, p.61). Neste sentido, a cobertura da questão ambiental é um problema social, na medida em que ela se torna parte desta luta pelo poder, entendida, nos termos de Bourdieu (1998), “enquanto relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital” (p.28).

Esse poder de agendamento cresce na medida em que o público depende da mediação, pois, o material veiculado é previamente selecionado pela função de *Gate Keeper* (filtro) – desempenhada pela imprensa, estabelecendo uma lacuna entre o que ocorre e o que se torna notícia (McCOMBS & MAXWELL, 2009). Podemos citar como exemplo, o fato de entidades ambientalistas, percebendo a influência dos meios de comunicação sobre a opinião dos públicos, buscarem o apoio da imprensa. Agindo deste modo, eles almejam que o assunto ecologia, que pode estar latente na “agenda do público”, de repente venha à tona através das notícias veiculadas pelos *Mass Media*. Podemos deduzir, conforme nos demonstra a teoria da Agenda Setting, que a mídia possui o poder de elevar à categoria de agenda dos públicos os diversos fatos latentes em nossa sociedade.

Os postulados de McCombs & Maxwell (2009) e Wolf (2001) fortalecem a perspectiva de Kovach & Rosenstiel (2003) de que, na democracia, a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia-a-dia. Para os autores, ela é definida pela função exercida pelas notícias na vida



das pessoas. “As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano, que chamamos de Instinto de Percepção. Elas precisam estar a par de fatos que estão além de suas experiências” (p.32). Logo, o conhecimento do desconhecido, como no caso das possíveis consequências das mudanças climáticas, lhes dá segurança, permiti-lhes planejar e administrar suas vidas.

O papel do jornalismo diante da questão ambiental

Os alertas feitos por Leff (2008) e os dados apresentados nos itens anteriores nos levam a crer que a humanidade precisará optar por novo paradigma econômico ou adaptar o já existente às variáveis ambientais. Tal opção precisará ser global, e isso envolverá a participação esclarecida da sociedade civil organizada e dos governos. Uma das principais fontes de informação que irá subsidiar este debate será os *Mass Media* e, conseqüentemente, o jornalismo. A imprensa deverá ter papel central ao ajudar na mediação das informações científicas, ao contextualizar os fatos, ao dar oportunidade para que todos os discursos (contras e à favor das transformações) cheguem às pessoas e fiscalizar as ações governamentais.

Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação às mudanças climáticas é que ela se tornou um clichê antes mesmo de se entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão. Precisamos reexaminá-la com um espírito verdadeiramente cético – para ver sua magnitude e com que rapidez está avançando. (FLANNERY, 2007, p.29)

Para Zigiatti (2000), diante da questão ambiental o papel do jornalismo na democracia volta-se para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. A autora enfatiza que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade. Zigiatti, por um lado, destaca o reconhecimento do papel mobilizador dos meios de comunicação e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, e por outro, defende a afirmação de um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.



Já Figueiredo (2001), afirma que a mídia, expressa através de veículos massivos (televisão, rádio, jornais, revista e Internet), pode ser considerada uma aliada poderosa junto à educação, pois tem importante papel a cumprir na sociedade, uma vez que com o advento das novas tecnologias, a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio destes veículos. A interpretação de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia impressa e eletrônica proporciona ao público conhecer e transformar a qualidade de vida do cidadão na sociedade.

O papel da imprensa na questão ambiental também envolve implicações relacionadas à educação básica. Pesquisa realizada recentemente por Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vêm da mídia, especialmente da televisão. Não que a mídia não possa ser fonte, mas a questão é como esse material é trabalhado em sala de aula. A tendência mais comum é ser repassado como verdade absoluta. Pela LDB 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio. Para a ONU, num documento preparatório a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com, vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

O fazer jornalístico com um pé na educação

O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável, constituem um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional. O desafio da educação, nesse particular é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade. Logo, se a imprensa é a fonte principal de informação dos professores, o conteúdo absorvido por meio das matérias apresentadas deve ser discutido com criticidade acerca da perspectiva e dos interesses do veículo.

Freire (1980), afirma em seu livro “Educação como Prática da Liberdade” que o homem relaciona-se a todo o tempo com os outros homens e a natureza, sobretudo com o contexto em que se inserem as partes – como a história e a cultura. É esta relação que permite integrar o homem na sociedade, e não somente estar em contato com a mesma. Para o autor, o contato é o que massifica e domina o homem ao fazê-lo externo à



realidade, podendo apenas percebê-la superficialmente de acordo com o que lhe é passado. Já o relacionamento tem o poder de inserir o homem na sociedade, levando o mesmo a interagir, dinamizar e possibilitar a transformação da realidade. O homem integrado adquire funções intelectuais, abandonando aos poucos as funções instintivas e emocionais, ou seja, a partir da educação, desenvolve seu senso crítico sobre o conjunto e o meio em que está inserido e o modo pelo qual são apresentados.

Ao passo em que considera a relação como forma de inserção do homem na sociedade, Freire (1980) pensa uma “Pedagogia da Comunicação”, que objetiva o diálogo para a compreensão do mundo pelo ser humano. Logo, o diálogo entre a educação e o homem é o que define a comunicação. Assim, o manejo de informações jornalísticas pode ser compreendido como um processo educacional já que se constitui de conhecimento sistematizado e possui potencial de transmissão para aprendizagem. Prada (1990), também com base em Freire, afirma que “La educación se funda em procesos comunicacionales y se desarrolla em sistemas de información” (PRADA, 1990, p.268). E continua: “La comunicación humana, em todo clima, bajo cualquier circunstancia y modalidad, como base de interacciones e interrelaciones sociales, contiene elementos de aprendizaje y de educación” (PRADA, 1990, p.269). O autor intensifica a relação dialética explorada por Freire, no que se refere ao caráter educador da mídia, para explicitar o ideal de conscientização na Pedagogia da Comunicação e democratização do ensino.

O que Freire (1980) defende não é mais do que é garantido por lei a todos os cidadãos. Tanto a informação, quanto a educação e a comunicação são direitos garantidos pela Constituição (BITELLI, 2001). Esse direito, principalmente no que tange à comunicação, atribuindo à mesma o seu sentido mediador de informação e educação, foi claramente exposto pelo Relatório MacBride⁵, da UNESCO⁶, no qual, tendo como referencial a realidade, entra em pauta a possibilidade democrática da comunicação.

Morin (1993), explica que a comunicação é uma das dimensões da cidadania e que uma leitura crítica não pode pretender, simplesmente, afastar-nos dos meios, mas procurar que a nossa participação seja mais atenta, democrática e crítica possível em

⁵ Relatório da Comissão MacBride (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação), da UNESCO, intitulado em inglês “Many Voices. One World” (Um Mundo e Muitas Vozes), que estudou as possibilidades da comunicação internacional para contribuir na formação de uma “Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação”. (N.A.).

⁶ UNESCO - Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. (Relatório MacBride). *Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: FGV, 1983



cada momento. Para ele, a finalidade principal da educação para uma leitura crítica dos meios é ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais forte, autênticas, expressivas, significativas, ricas, que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento.

REFERÊNCIAS

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna (org). **Coletânea de Legislação de Comunicação Social**. São Paulo: RT, 2001.

BORTOLOZZI, A. **Comunicação, ensino e temática ambiental**. Comunicação & Educação, n 14, jan./abr., pág. 42-48, 1999.

BOURDIEU, P. **Sobe a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOORSTEIN, D. (1971). **The image: Or What Happened to the American Dream?** New York: Atheneum.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; NASCIMENTO, Ana Claudeise; NILSONETTE, Marco Lopes. Comunicação Comunitária. In: Seminário Anual de Pesquisa (SAP), 2, Tefé. **Anais**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001.

FLANNERY, Tim. **Os senhores do clima**. Editora Record: São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GIRARDI JR, Liráucio. **Pierre Bourdieu: questões de sociologia e Comunicação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Cortez. 2001.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



- LIPPMANN, W. (1922). **Public Opinion**. New York: Free Press.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NOBLAT, Ricardo. **Arte de fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2002.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PRADA, Raúl Rivadeneira. **Periodismo: la teoria general de los sistemas y la ciencia de la comunicación**. 3ªed. México: Trillas, 1990, p. 268.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa, Vega, 1997.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – porque as notícias são como são**. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005a.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.